

# Superior Tribunal de Justiça

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.559.728 - RS (2019/0232357-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : OI S.A  
**ADVOGADOS** : LUCIANA RODRIGUES FIALHO DE SOUZA - RS074531  
ALESSANDRA FAGUNDES ATIENSE - RS070188  
GISELA VIEIRA LORENZONI E OUTRO(S) - RS067350  
**AGRAVADO** : MARIA ROSANI DOS SANTOS  
**ADVOGADOS** : LIDIA LONI JESSE WOIDA E OUTRO(S) - RS009391  
HÉRICA PATRÍCIA MATOS DE MORAIS - RS108077

## DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por OI S.A. contra a decisão que inadmitiu o recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, impugna acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado:

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. BRASIL TELECOM. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. LEVANTAMENTO DE VALORES. No julgamento do agravo de instrumento nº 0034576-58.2016.8.9.19.0000 interposto pela Brasil Telecom em face da decisão que determinou a expedição de alvará dos valores depositados antes de 21.06.2016, assim como, no julgamento dos posteriores embargos de declaração, a 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro decidiu que inexistia óbice para o levantamento dos valores quando o depósito judicial ou o bloqueio tenha sido realizado anteriormente ao recebimento da recuperação (21.06.2016) e o trânsito em julgado ou a preclusão da impugnação tenha ocorrido antes da referida data. Em relação à suspensão do feito, com a realização da Assembleia Geral de Credores, os processos os quais estavam suspensos poderão retornar sua regular tramitação. Da mesma forma, os créditos que não se enquadram na hipótese supracitada deverão ser pagos na forma do plano de recuperação judicial lá aprovado. No caso em exame, verifica-se que o bloqueio judicial foi realizado em 23.10.2007, assim como, que a impugnação ao cumprimento de sentença transitou em julgado em 06.12.2012. Destarte, não há óbice para que a parte autora levante seu crédito nesses autos.*  
**AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO**" (e-STJ fl. 1.018).

No especial (e-STJ fls. 1.037/1.049), a recorrente alega violação dos artigos 49 e 59 da Lei nº 11.101/2005.

Afirma que o crédito em questão deve se submeter ao plano de recuperação judicial por ter se tornado líquido após o pedido de recuperação.

Sustenta que, ao determinar o levantamento de valores, o magistrado de origem se contrapõe à ordem de suspensão e vedação de levantamento de valores determinada

# Superior Tribunal de Justiça

pelo juízo universal.

Defende que a homologação do plano de recuperação implica na novação de todos os créditos a ela sujeitos.

Pugna pelo não levantamento dos valores e a submissão do crédito ao plano de recuperação judicial.

Após a apresentação das contrarrazões (e-STJ fls. 1.106/1.113), o recurso foi inadmitido na origem, sobrevivendo daí o presente agravo.

É o relatório.

**DECIDO.**

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

Trata-se, na origem, de agravo de instrumento interposto por OI S/A contra a decisão do magistrado de primeiro grau que homologou os cálculos elaborados pela contadoria e determinou o levantamento dos valores depositados à parte credora.

O Tribunal local, soberano na análise do conjunto fático-probatório dos autos, concluiu pela possibilidade de levantamento dos valores incontroversos pela recorrida, porque tanto o depósito dos valores quanto o trânsito em julgado da impugnação ao cumprimento de sentença ocorreram em data anterior ao ingresso do pedido de recuperação judicial pela ré, ora recorrente.

Eis o excerto do voto condutor do acórdão recorrido na parte que interessa:

"(...)

*Portanto, inexistente óbice para o levantamento dos valores quando o depósito judicial ou o bloqueio tenha sido realizado anteriormente ao recebimento da recuperação (21.06.2016) e o trânsito em julgado ou a preclusão da impugnação tenha ocorrido antes da referida data.*

*Em relação à suspensão do feito, registro que, com a realização da Assembleia Geral de Credores em 19.12.2017, os processos os quais estavam suspensos poderão retornar sua regular tramitação. Da mesma forma, os créditos que não se enquadram na hipótese supracitada deverão ser pagos na forma do plano de recuperação judicial lá aprovado.*

*No caso em exame, verifica-se que o bloqueio judicial foi realizado em 23.10.2007, assim como, que a impugnação ao cumprimento de sentença transitou em julgado em 06.12.2012.*

*Destarte, de acordo com as razões já delineadas, não há óbice para que a parte autora levante seu crédito nesses autos" (e-STJ fls. 1.024/1.025).*

# *Superior Tribunal de Justiça*

Rever tal entendimento demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, nos termos da Súmula nº 7/STJ: "*A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial*".

Impõe-se ressaltar que não cabe ao Superior Tribunal de Justiça reexaminar as premissas de fato que levaram o Tribunal de origem a tal conclusão, sob pena de usurpar a competência das instâncias ordinárias, a quem compete amplo juízo de cognição da lide.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Deixo de majorar os honorários recursais nos termos do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, considerando que o acórdão recorrido é proveniente de julgamento de agravo de instrumento sem o arbitramento de honorários advocatícios.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 17 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator